



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Sumário

HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - FUSAM	2
DECRETO Nº 4997, DE 5 DE JANEIRO DE 2024	3
DECRETO Nº 4998, DE 5 DE JANEIRO DE 2024	5
DECRETO Nº 5000, DE 5 DE JANEIRO DE 2024	13
DECRETO Nº 5001, DE 5 DE JANEIRO DE 2024	17
DECRETO Nº 5002, DE 8 DE JANEIRO DE 2024	26
LEI Nº 6128, DE 4 DE JANEIRO DE 2024	29
LEI Nº 6129, DE 4 DE JANEIRO DE 2024	30
DECRETO Nº 4999, DE 5 DE JANEIRO DE 2024	31

JANEIRO DE 2024

Diário Oficial

Edição nº 227/2024

Expediente

O Diário Oficial de Caçapava é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caçapava, Conforme **Lei Municipal nº 5819**, de 22 de março de 2021.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:
<https://cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

Prefeitura Municipal de Caçapava
CNPJ: 45.189.305/0001-21
Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243
Telefone: (12) 3654-6600
Site: <https://cacapava.sp.gov.br>

Câmara Municipal de Caçapava
CNPJ: 48.408.496/0001-63
Endereço: Praça da Bandeira, 151
Telefone: (12) 3654-2000

FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)
CNPJ: 50.453.703/0001-43
Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava/SP - CEP: 12281-450
Telefone: (12) 3654-8800
E-mail: comunicacao@fusam.com.br

FUSAM – FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**CNPJ: 50.453.703/0001-43****HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO****PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 242/2023****MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 75, INCISO VIII, DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021.****CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA - FUSAM – CNPJ: 50.453.703/0001-43****CONTRATADA: ENEBRAS REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO LTDA - CNPJ: 08.457.065/0001-72.****OBJETO: LOCAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PORTÁTEIS – DISPENSA N.º 165/2023****VALOR TOTAL: R\$ 4.400,00 (Quatro mil e quatrocentos reais).****Caçapava, 08 de Janeiro de 2024.**

DECRETO Nº 4997, DE 5 DE JANEIRO DE 2024

Altera o Decreto nº 3.928, de 04 de setembro de 2015, que regulamenta a entrega de atestados médicos no Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Ficam alterados os Artigos 1º, 2º, 6º, 9º e 10, todo do Decreto nº 3.928, de 04 de setembro de 2015, que regulamenta a entrega de atestados médicos no Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os atestados médicos, odontológicos, de tratamentos fisioterapêuticos, terapêuticos ocupacionais, psicoterapêuticos e declarações de comparecimento apresentados por servidores públicos municipais somente serão aceitos para efeito de abono de faltas quando apresentados ao SESMT - Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho.

§ 1º Os atestados médicos, odontológicos, de tratamentos fisioterapêuticos, terapêuticos ocupacionais e psicoterapêuticos que ultrapassarem 03 (três) dias ou, em caso de reincidência dentro do mesmo período da folha de ponto, assim considerado, do dia 16 do mês corrente até o dia 15 do mês subsequente, devem, obrigatoriamente, ser apresentados pelo próprio servidor para homologação até o primeiro dia útil após a data de emissão, independente do horário em que foi expedido. O Médico do Trabalho poderá solicitar relatório emitido pelo profissional que subscreveu o atestado, caso necessite de mais esclarecimentos sobre o tratamento do servidor.

§ 2º As apresentações referidas no parágrafo anterior devem ser feitas de 2ª a 6ª feira, no SESMT - Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho, **das 8:00 às 16:00 horas**.

.....

§ 4º Os atestados médicos, odontológicos, de tratamentos fisioterapêuticos, terapêuticos ocupacionais e psicoterapêuticos de até 03 (três) dias, bem como declarações de comparecimento, não precisam ser homologados, exceto no caso de reincidência no mesmo período da folha de ponto, assim considerado, do dia 16 do mês corrente até o dia 15 do mês subsequente. Os mesmos devem ser entregues pelo próprio servidor à Chefia imediata, até o primeiro dia útil após a data de emissão, independente do horário em que foi expedido.

.....” (NR)

“Art. 2º

§ 1º Ao Médico do Trabalho é facultado discordar do diagnóstico ou do prazo de afastamento recomendado pelo médico, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicoterapeuta ou dentista que emitiu o atestado em favor do servidor.” (NR)

“Art. 6º Os atestados apresentados ao SESMT devem ser entregues em via original, constando o número do CID ou a denominação da patologia, com carimbo e assinatura do especialista: médico, dentista, biomédico, fisioterapeuta, psicólogo ou terapeuta ocupacional; o número do registro profissional legível (quando for o caso), além do endereço e telefone de contato da clínica onde o servidor passou em consulta, além do período de afastamento.

.....” (NR)

“Art. 9º Todo atestado ou declaração de comparecimento apresentado ao SESMT será submetido a uma análise, com o escopo de verificar sua veracidade, ficando o servidor sujeito às penas da lei.” (NR)

“Art. 10 A falsificação ou adulteração de dados do atestado médico, odontológico, de tratamento fisioterapêutico, terapêutico ocupacional, psicoterapêutico e declaração de comparecimento por parte do servidor ensejará abertura de procedimento administrativo, podendo ocasionar demissão por justa causa e responsabilização por crime capitulado no Código Penal.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 5 de janeiro de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4998, DE 5 DE JANEIRO DE 2024

Regulamenta a Lei Municipal nº 3739, de 30 de agosto de 1999, que dispõe sobre a conceituação, registro, processamento, cancelamento e cobrança da Dívida Ativa do Município.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a Lei nº 3739, de 30 de agosto de 1999, que dispõe sobre a conceituação, registro, processamento, cancelamento e cobrança da Dívida Ativa do Município.

Art. 2º. Consideram-se débitos para com o Município, para fins de parcelamento, todos os inscritos em Dívida Ativa.

CAPÍTULO I - DO REQUERIMENTO

Art. 3º. O devedor ou cônjuge ou convivente em união estável comprovada legalmente; os filhos maiores ou herdeiros em processo de sucessão ou detentores de direitos possessórios, nesta ordem e desde que devidamente comprovados documentalmente, poderão requerer junto à Prefeitura Municipal de Caçapava:

I - extrato dos débitos para com o Município, nos termos do Art. 2º deste Decreto;

II - parcelamento dos débitos para com o Município, nos termos da Lei nº 3739/99.

Parágrafo único. Os requerimentos serão feitos através de formulário padrão a ser disponibilizado pela Administração Municipal.

Art. 4º. O processo administrativo referente ao parcelamento será digital ou físico, a critério da Administração Pública e deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento formulado pelo interessado, devidamente protocolado junto à Prefeitura Municipal ou on-line;

II - documento pessoal do requerente e do contribuinte devedor;

III - documentos que comprovem a titularidade do imóvel ou o interesse na quitação do débito, nos termos do Art. 3º deste Decreto;

IV - extrato completo de todos os débitos para com o Município, passíveis de integrar o parcelamento;

V - demais documentos que sejam solicitados pela seção de dívida/Secretaria de Finanças do Município.

Parágrafo único. Os requerimentos formulados por pessoa jurídica deverão ser instruídos com Contrato Social, Estatuto ou Regimento Interno, além de procuração, visando a regularidade da representação das entidades.

Art. 5º. O parcelamento compreenderá todo o débito para com o Município inscrito em Dívida Ativa de um mesmo código ou inscrição cadastral, não sendo admitido o parcelamento parcial, salvo nos casos previstos no Art. 22, § 1º da Lei Municipal nº 3739/99.

Parágrafo único. Quando o débito estiver em cobrança judicial, o contribuinte deverá pagar as custas do estado e as despesas processuais municipais para posterior extinção do processo judicial:

I - as despesas processuais municipais serão cobradas na primeira parcela do parcelamento ou em guia separada;

II - as custas judiciais do estado poderão ser solicitadas no Anexo Fiscal do Fórum de Caçapava ou no setor de atendimento da Prefeitura de Caçapava, sendo responsabilidade do contribuinte recolher em momento oportuno.

CAPÍTULO II - DO PROCESSO DE PARCELAMENTO

Art. 6º. O requerimento, após ser devidamente preenchido, assinado e protocolado presencialmente ou on-line acompanhado de demais documentos necessários, será verificado pelo setor de atendimento da prefeitura ou setor interno, nos casos do pedido online, e efetuado o parcelamento.

§ 1º Para prosseguimento do requerido no *caput*, a Seção de Dívida fará a conferência dos documentos e se verificado alguma irregularidade poderá cancelar ou solicitar alterações, comunicando o requerente.

§ 2º Será autoridade competente para decidir sobre a concessão do parcelamento:

I - Assessor da Secretaria de Finanças, o Chefe de Seção de Dívida ou o Chefe de Divisão de Tributos;

II - o Secretário de Finanças, nos parcelamentos que envolvam valores superiores à R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e o contribuinte não tenham apresentado bem de garantia.

§ 3º Sempre que houver dúvida quanto à regularidade de qualquer dos elementos do requerimento de parcelamento, poderá o processo administrativo ser submetido à análise e manifestação da Secretaria de Finanças e Procuradoria-Geral do Município.

Art. 7º. O parcelamento será efetuado de acordo com o requerimento formulado pelo interessado, em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas nos casos de dívidas até o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ou em até 60 (sessenta) nos casos de dívidas com valores superiores à R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com o valor mínimo a saber:

I - R\$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de sujeito passivo, pessoa física;

II - R\$ 100,00 (cem reais), no caso de sujeito passivo, pessoa jurídica;

III - R\$ 200,00 (duzentos reais), no caso de sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, cujo débito seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º O Termo/contrato de confissão de Parcelamento, conterá todas as informações relativas ao parcelamento, bem como a assinatura do interessado, se este for presencial, juntando-se os documentos aos autos do respectivo processo administrativo:

I - no parcelamento online, o contrato de confissão e ate 12 (doze) primeiras parcelas, serão enviadas no e-mail indicado pelo contribuinte, sendo a sua solicitação considerada como aceite dos termos, uma vez que todas informações constam na tela da solicitação on-line, não necessitando da assinatura do termo.

§ 2º O Termo de Parcelamento consiste ainda em confissão irretratável e irrevogável da dívida.

§ 3º O não pagamento do parcelamento na data estipulada, implicará em multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia até o limite de 20% (vinte por cento) acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês.

§ 4º As parcelas serão corrigidas a cada ano pelo IPC da FIPE:

I - nos casos onde não houver correção correta ou entrega das parcelas antes desta correção, o sistema ira gerar um saldo a pagar que deverá ser cobrado do contribuinte antes da entrega das próximas parcelas ou a qualquer momento.

Art. 8º. Após concluído o parcelamento, havendo execução fiscal, a Secretaria de Finanças encaminhará os autos ou relatório correspondente à Procuradoria tributaria para que se efetue o sobrestamento dos feitos judiciais pelo prazo equivalente ao do parcelamento.

Parágrafo único. O parcelamento não obstará o ajuizamento de execução fiscal, a fim de impedir a ocorrência de prescrição.

CAPÍTULO III – DA REVOGAÇÃO DO PARCELAMENTO

Art. 9º. Havendo atraso superior a 60 (sessenta) dias no pagamento de qualquer das parcelas, o parcelamento poderá ser cancelado, podendo acarretar de imediato o protesto e/ou execução fiscal do saldo devedor.

Parágrafo único. Poderá a Prefeitura Municipal revogar a qualquer tempo o parcelamento realizado caso haja nova inscrição em dívida ativa no código ou inscrição cadastral oriundos do referido parcelamento, ou por verificação de irregularidades.

CAPÍTULO IV – DO REPARCELAMENTO

Art. 10. A dívida parcelada pode ser reparcelada até duas vezes, segundo critérios determinados pelo Executivo.

§ 1º A primeira parcela do primeiro reparcelamento deverá ter o valor igual a dez por cento (10%) do total reparcelado.

§ 2º A primeira parcela do segundo reparcelamento deverá ter o valor igual a vinte por cento (20%) do total reparcelado.

Art. 11. O reparcelamento disposto no artigo anterior seguirá o mesmo trâmite administrativo previsto para o parcelamento, inclusive no que se refere à possibilidade do requerimento e processamento dar-se no processo original.

Parágrafo único. As autoridades competentes para decidir sobre a concessão do benefício serão as mesmas elencadas no § 1º do Art. 6º deste Decreto.

CAPÍTULO V - DO CANCELAMENTO DO DÉBITO

Art. 12. O cancelamento de débitos previsto no Art. 11 da Lei Municipal nº 3739, de 30 de agosto de 1999, se darão mediante despacho do Prefeito, ouvidos os órgãos fazendário e jurídico da Prefeitura, através de solicitação do requerente, apresentando obrigatoriamente os documentos abaixo descritos e os previstos nos Artigos 13, 14, 15, 16, deste Decreto, conforme o caso:

I - requerimento assinado pelo contribuinte devedor, ou procurador, ou por herdeiros, indicando o motivo do pedido e o período que está solicitando o cancelamento;

II - cópia do documento pessoal com foto do contribuinte devedor;

III - cópia da procuração e do documento pessoal, no caso de ser a pessoa o procurador do contribuinte;

IV - cópia do documento do herdeiro e certidão de óbito, se for o caso;

V - comprovante de residência atual.

Art. 13. Em caso de débito legalmente prescrito, o requerente deverá apresentar no ato de entrada do requerimento:

I - Certidão de Distribuição Civil Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, constando o CPF ou CNPJ do contribuinte da época do processo de execução fiscal do Município de Caçapava, abrangendo o período pleiteado, de acordo com o caso;

II - nos casos de ocorrência de execução fiscal em andamento, o contribuinte deverá apresentar a respectiva certidão de objeto e pé de cada processo.

Art. 14. Em caso de contribuinte que tenha falecido sem deixar bens que expressem valor, o requerente deverá apresentar no ato de entrada do requerimento:

I - Certidão de óbito de contribuinte falecido;

II - Certidão de Cartório de Registro de Imóveis indicando que não possui bens imóveis em nome do falecido.

Art. 15. Em caso de contribuinte Pessoa Jurídica que comprovar, por meio de documentos, a ausência do fato gerador do tributo da sua inscrição municipal solicitando o cancelamento do débito a partir do encerramento da atividade, o requerente deverá apresentar no ato de entrada do requerimento:

I - baixa da Inscrição no Município. No caso de ainda não ter solicitado a baixa da Inscrição, apresentar o protocolo da solicitação atual;

II - para cancelamento de débitos por inatividade de Inscrição de Pessoa Jurídica, o requerente deverá apresentar no ato de entrada do requerimento:

a) cópia do Comprovante de Inscrição da empresa indicando a Situação Cadastral do CNPJ (cartão do CNPJ);

b) cópia da carteira de trabalho (acompanhada da carteira original) comprovando o vínculo empregatício no período solicitado. Em caso de quadro social da empresa ser formado por mais de 1 (uma) pessoa, deve ser apresentado o documento de todos da sociedade;

c) cópia de documento que comprove a alteração de município da empresa, se for o caso.

Art. 16. Em caso de cancelamento de débitos por inatividade de Inscrição de Pessoa Física (autônomos, ambulantes, feirantes), o requerente deverá apresentar no ato de entrada do requerimento:

I - baixa da Inscrição no Município. No caso de ainda não ter solicitado a baixa da Inscrição, apresentar o protocolo da solicitação atual;

II - cópia de carteira de trabalho onde comprove o vínculo empregatício ou outro documento comprovando a impossibilidade de atividade no município no período solicitado;

III - por motivo de mudança de cidade, somente será considerado para análise de inatividade em Caçapava, mudança para um município numa distância superior a 150km, devendo apresentar comprovante de endereço abrangendo a época do débito;

IV - Certidão de Óbito do contribuinte em caso de falecimento.

DISPOSIÇÕES FINAIS TRANSITÓRIAS

Art. 17. A Secretaria de Finanças encarregar-se-á do controle e administração dos parcelamentos e reparcimentos, incluindo a responsabilidade pela manutenção dos processos administrativos.

Art. 18. Os débitos parcelados ou reparcelados, pactuados antes da publicação deste Decreto, permanecem inalterados.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, em especial, os Decretos nº 2.683, de 21 de julho de 2006, nº 4.159, de 25 de julho de 2017 e nº 4.224, de 19 de janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 5 de janeiro de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5000, DE 5 DE JANEIRO DE 2024

Altera o Decreto nº 4.125, de 03 de maio de 2017, que nomeou os membros da Coordenação Municipal da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente no Município de Caçapava.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º, do Decreto nº 4.125, de 03 de maio de 2017, que nomeou os membros da Coordenação Municipal da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente no Município de Caçapava, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam nomeados os membros da Coordenação Municipal da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente no Município de Caçapava, conforme Lei Municipal nº 5.460, de 19 de dezembro de 2016:

I - Representantes da Companhia de Polícia Militar de Caçapava:

Titular: Cb. PM Eduardo Henrique Rufino

Suplente: Cb. PM Samaroni Batista Vitor

II - Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social:

Titular: Rosaria de Fatima Ribeiro Vieira

Suplente: Sueli Fortunato da Silva

III - Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Titular: Sonia Aparecida Amante Lopes

Suplente: Cristian Chagas Ferreira

IV - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Martha Beatriz Nunes de Almeida Cantanhede

Suplente: Claudia Valéria Rezende dos Santos

V - Representantes do Conselho Municipal de Saúde:

Titular: Rosângela Ferreira de Paula

Suplente: Luciana de Oliveira Pereira Resende

VI - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Joselene Flores Monteiro

Suplente: Lucimara Aparecida da Cruz

VII - Representantes da Delegacia de Polícia Civil de Caçapava:

Titular: Vanessa Alves de Almeida Mariano

Suplente: Vanessa Marques da Silva Rodrigues

VIII - Representantes da Diretoria Regional de Ensino de Taubaté:

Titular: Rodrigo Prizzotto

Suplente: Sidnei Sanita

IX - Representantes da Guarda Civil Municipal de Caçapava:

Titular: Angelita Lopes de Oliveira

Suplente: Sidney de Santana Franco

X - Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil:

Titular: Marcia Freitas de Paiva

Suplente: Cindy Cristina Povia da Silva Jesus Marques

XI - Promotoria da Infância e Juventude de Caçapava:

Titular: NÃO INDICADO

Suplente: NÃO INDICADO

XII - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: Michele Bocchi Cavalcanti

Suplente: Érica Santos Oliveira Silva

XIII - Representantes da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:

Titular: Marcia Luiza Ribeiro de Oliveira

Suplente: NÃO INDICADO

XIV - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Laureane Maria Moreira Costansi

Suplente: Maria Teresa Moreira Marcondes

XV - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Carolina Campmany Requena Barbosa Mancilha

Suplente: Luciana Nogueira dos Santos

XVI - Vara da Infância e Juventude de Caçapava:

Titular: Mariana de Oliveira Farias

Suplente: Ociana Donato da Silva" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 5 de janeiro de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5001, DE 5 DE JANEIRO DE 2024

Institui o Fórum Municipal de Educação e dá outras providências.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A**CAPÍTULO I****DA INSTITUIÇÃO E DEFINIÇÃO**

Art. 1º. Fica instituído o Fórum Municipal de Educação - FME, que será regido pelo disposto neste Decreto.

Art. 2º. O Fórum Municipal de Educação é uma instância de caráter permanente responsável pela coordenação dos processos de construção, revisão, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação - PME, com atribuições de acompanhamento, fiscalização, avaliação e mobilização.

CAPÍTULO II**DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 3º. Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I - convocar, planejar e coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação articuladas com as

conferências estaduais e nacionais;

II - acompanhar o processo de implementação das sugestões das conferências municipais de educação, bem como das conferências estaduais e nacionais;

III - convocar, planejar e coordenar a realização da conferência municipal a cada 2 (dois anos), para acompanhar os resultados das ações implementadas e verificar se as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação foram alcançadas;

IV - planejar e organizar espaços de debate com a sociedade sobre a política municipal de educação;

V - acompanhar junto a Prefeitura e a Câmara Municipal a tramitação de projetos relativos à política municipal de educação;

VI - elaborar o seu Regimento Interno, que serão submetidos à aprovação do Chefe do Poder Executivo;

VII - avaliar a execução das metas do Plano Municipal de Educação;

VIII - estabelecer os mecanismos necessários ao acompanhamento e cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação;

IX - organizar metodologias de monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação;

X - implantar um banco de dados para renovação dos diagnósticos;

XI - divulgar os resultados das avaliações e do acompanhamento do cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação;

XII - manter vivos a atenção e o engajamento da população e comunidade educacional.

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação exercerá suas competências em articulação com o

Conselho Municipal de Educação e com o apoio da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação será composto por 40 (quarenta) membros, nomeados por decreto do Poder Executivo, dos seguintes órgãos e entidades:

I - dois representantes da Secretaria Municipal de Educação;

II - um representante da Secretaria Municipal de Finanças;

III - um representante da Secretaria Municipal de Gestão Pública;

IV - um representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente;

V - um representante dos professores da educação infantil da rede privada;

VI - um representante dos professores da educação infantil da rede municipal;

VII - um representante dos professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede municipal;

VIII - um representante dos professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da rede municipal;

IX - um representante dos professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da rede estadual;

X - um representante dos professores do Ensino Médio da rede estadual;

XI - um representante dos professores da EJA da rede municipal;

XII - um representante dos professores da educação especial da rede municipal;

XIII - um representante do ensino superior;

XIV - um representante do Ensino à Distância e novas tecnologias;

XV - um representante da Escola Técnica Estadual (ETEC);

XVI - um representante da orientação educacional da rede municipal;

XVII - um representante da orientação pedagógica da educação infantil da rede municipal;

XVIII - um representante da orientação pedagógica do ensino fundamental da rede municipal;

XIX - um representante da supervisão de ensino da rede municipal;

XX - um representante da Diretoria Regional de Ensino;

XXI - um representante do Sindicato dos Profissionais do Quadro do Magistério;

XXII - um representante de pais de alunos, membro do Conselho de Escola da rede municipal;

XXIII - um representante de pais de alunos, membro do Conselho de Escola da rede estadual;

XXIV - um representante de instituição educacional que atenda a educação especial;

XXV - um representante da Equipe Técnica do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI);

XXVI - um representante de gestores das escolas privadas;

XXVII - um representante dos diretores de escolas públicas municipais da educação infantil;

XXVIII - um representante dos diretores de escolas públicas municipais do ensino fundamental;

XXIX - um representante dos diretores de escolas públicas estaduais do ensino fundamental;

XXX - um representante dos diretores de escolas públicas estaduais do ensino médio;

XXXI - um representante do Conselho de Alimentação Escolar;

XXXII - um representante do Conselho Municipal de Educação;

XXXIII - um representante do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;

XXXIV - um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

XXXV - um representante do Conselho Tutelar;

XXXVI - um representante de alunos, maiores de 18 anos da rede municipal;

XXXVII - um representante de alunos maiores de 18 anos da rede estadual;

XXXVIII - um representante de funcionários das unidades escolares da rede municipal;

XXXIX - um representante do sistema “S”;

XL - um representante da Câmara Municipal.

§ 1º Cada membro do Fórum Municipal de Educação só poderá representar um segmento.

§ 2º O membro que pretender se candidatar a qualquer cargo público eletivo deverá requerer seu afastamento no prazo de 90 (noventa) dias antes do pleito.

Art. 5º. Os representantes mencionados nos incisos I, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII e XXXIX, do Art. 4º serão indicados por órgãos e ou entidades ligados à Educação e ou pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º. Os representantes mencionados nos incisos II, III, IV, XXXV e XL, do Art. 4º serão indicados por outras Secretarias Municipais e ou órgãos públicos.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO COORDENADORA

Art. 7º. A Comissão Coordenadora do Fórum Municipal de Educação constitui-se como órgão técnico-operacional de acompanhamento, execução e implementação das decisões do Fórum Municipal de Educação.

Art. 8º. A Comissão Coordenadora será escolhida entre os membros do Fórum Municipal de Educação, em sua primeira reunião ordinária e terá a seguinte composição:

I - coordenador;

II - secretário.

Art. 9º. Compete à Comissão Coordenadora:

I - representar o Fórum Municipal de Educação;

II - encaminhar documentação necessária e pertinente à execução das competências do Fórum Municipal de Educação;

III - elaborar a pauta de cada reunião do Fórum Municipal de Educação;

IV - coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Fórum Municipal de Educação;

V - encaminhar convocações, correspondências e documentação a quem de direito, para o desenvolvimento dos trabalhos do Fórum Municipal de Educação;

VI - dar suporte administrativo e assistência técnica às atividades do Fórum Municipal de Educação;

VII - organizar metodologias de monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação;

VIII - implantar um banco de dados para renovação dos diagnósticos;

IX - estabelecer fluxos e sistemas de registro e processamento de informações;

X - divulgar os resultados das avaliações e do acompanhamento do cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. As resoluções do Fórum Municipal de Educação, bem como os temas tratados serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação prestará todo apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento do Fórum Municipal de Educação e das Conferências Municipais de Educação.

Art. 12. O Fórum Municipal de Educação reunir-se-á semestralmente, em caráter ordinário, por convocação da Comissão Coordenadora.

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação reunir-se-á extraordinariamente para tratar de assuntos especiais ou urgentes sempre que convocado.

Art. 13. Fórum Municipal de Educação consistirá de comissões permanentes para acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação e prestar apoio técnico e operacional.

Art. 14. Especialistas, estudiosos, colaboradores e voluntários poderão ser convidados a participar do Fórum Municipal de Educação para auxiliar nas Conferências, caso haja necessidade.

Art. 15. O Fórum Municipal de Educação poderá solicitar informações e estatísticas à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16. A participação no Fórum Municipal de Educação não será remunerada, porém como relevante serviço público prestado ao Município.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário e,

em especial, o Decreto nº 4.237, de 28 de fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 5 de janeiro de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5002, DE 8 DE JANEIRO DE 2024

Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º Ficam nomeados como membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, para o biênio 2023 a 2025:

I - Representantes do Poder Público:**a) Secretaria Municipal de Finanças:**

Titular: Claudia de Lima Rocha

Suplente: Mariana de Oliveira Lima

b) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Renata de Faria Barros Alves

Suplente: Fernando William Carneiro Pinto

c) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:

Titular: Clarissa Ribeiro de Souza

Suplente: Marcia Luiza Ribeiro de Oliveira

d) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Érica Cristina dos Santos

Suplente: Claudia Fernanda de Mello Rodrigues

Gregório

e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: Rosângela Leite

Suplente: Letícia Aparecida Bueno

f) Secretaria de Defesa e Mobilidade Urbana:

Titular: Angelita Lopes de Oliveira

Suplente: Ives Mamede de Lacerda

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) Titulares:

1. Tatiane Samantha Costa (CIEE)
2. Danielle Cunha (APAE)
3. Marcia Freitas Paiva (OAB)
4. Claudenice Aparecida Muniz (ABESC)
5. Fernanda das Graças P. Escane (ABESC)
6. Cindy Cristina Povia da Silva Jesus Marques (OAB)

b) Suplentes:

- 1.** Marli Lopes (APAE)
- 2.** Edna Martinha A. S. Andrade (Casa da Criança)
- 3.** Cristiane Santos Moreira (CIEE)
- 4.** Isabella Zambelli Teixeira Barbosa (Associação Beneficente)
- 5.** Jean A. Fernandes (Associação Pão Nosso)
- 6.** Regina Celi Silva Ventura (Associação Trotando em Frente)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 8 de janeiro de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda

Prefeita Municipal

LEI Nº 6128, DE 4 DE JANEIRO DE 2024**Projeto de Lei nº 96/2023****Autor: Vereador Vitor Tadeu Camilo de Carvalho*****Institui no calendário oficial de eventos do município de Caçapava o Mês Janeiro Branco.***

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a ***Câmara Municipal*** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I nº 6 1 2 8

Art. 1º Fica instituído no calendário oficial de eventos do município de Caçapava o Mês Janeiro Branco dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental.

Art. 2º No mês “Janeiro Branco”, segundo critérios de oportunidade e conveniência, terão como objetivos ações educativas e preventivas, visando à difusão da saúde mental, sempre priorizando:

I - A conscientização da população sobre a importância da saúde mental;

II - O incentivo aos órgãos da administração pública municipal, empresas, entidades de classe, associações, federações e à sociedade civil organizada para se engajarem nas campanhas sobre o tema objeto desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 4 de janeiro de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda

Prefeita Municipal

LEI Nº 6129, DE 4 DE JANEIRO DE 2024**Projeto de Lei nº 112/2023****Autor: Vereador Maicon Rodrigo Goiembiesqui*****Inclui no calendário oficial do município a “FLICA” - Feira Literária de Caçapava.***

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a ***Câmara Municipal*** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I nº 6 1 2 9

Art. 1º Fica incluída no calendário oficial do município de Caçapava a “FLICA” - Feira Literária de Caçapava, a ser realizada na segunda semana de outubro.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 4 de janeiro de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4999, DE 5 DE JANEIRO DE 2024

Altera o Decreto nº 4909, de 23 de março de 2023, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Educação para a gestão 2023-2025.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º Ficam alterados os Incisos IV, V, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XV, do Art. 1º do Decreto nº 4909, de 23 de março de 2023, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Educação para a gestão 2023-2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

IV - representante de pais de alunos da rede municipal de ensino fundamental, membro de Conselho de Escola:

Titular:

Suplente: Roseli Aparecida dos Santos Adão Serafim

V - representante de pais de alunos da rede estadual de ensino público, membro do Conselho de Escola:

Titular: Walquiria Lopes Toseto

Suplente: Elizabeth Alves de Lucena

.....

VIII - representante dos Professores da Educação Infantil da rede municipal de ensino:

Titular: Aline dos Santos Rodrigues

Suplente: Úrsula Elisabete Leal Abreu

IX - representante dos Professores do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino:

Titular: Maria Conceição Barbosa Monteiro

Suplente: Valéria Rosendo Alves

X - representante dos Professores da rede estadual de ensino:

Titular:

Suplente: Maria José de Azevedo

XI - representante dos Professores das escolas particulares de ensino:

Titular:

Suplente: Amélia Viviane Satyro de Medeiros

XII - representante da Diretoria de Ensino:

Titular: Regiane Aparecida Florêncio Godoy

Suplente: NÃO INDICADO

XIII - representante da APEOESP - Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo:

Titular:

Suplente: Luiza Laureano Pardo

XV - representante da Câmara Municipal:

Titular: Lani Bruna Garcia dos Santos

Suplente: Luciana Dias de Camargo” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 5 de janeiro de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda

Prefeita Municipal